

A Revista de Antropologia
e as ciências sociais em São Paulo:
notas sobre uma cena e alguns debates

Fernanda Arêas Peixoto

Professora do Departamento de Antropologia-USP

Júlio Assis Simões

Professor do Departamento de Antropologia-USP

RESUMO: O artigo busca situar o contexto intelectual da criação e dos primeiros dez anos de existência da *Revista de Antropologia*, em que ganha destaque a emergente produção universitária de ciências sociais, no interior de um movimento de delimitação e especialização de áreas e setores do conhecimento. A partir da releitura de artigos, resenhas e comentários ali publicados - tendo em comum o questionamento das possibilidades da investigação antropológica das “sociedades complexas” -, delineou-se um mapa das questões relacionadas à “mudança cultural”, então em voga, no qual ressaltam tanto a colaboração entre sociólogos e antropólogos como os embates entre e dentro de cada disciplina, em seu(s) respectivo(s) nicho(s) institucional(ais). A análise esboçada aponta a importância de qualificar a polarização, tão frequentemente realçada, entre disciplinas e instituições universitárias nas ciências sociais em São Paulo nesse período.

PALAVRAS-CHAVES: *Revista de Antropologia*, ciências sociais no Brasil, estudos de comunidade, mudança cultural.

Este artigo, menos que um balanço da *Revista de Antropologia* ou apanhado de sua história, reúne notas que foram sendo alinhavadas (a quatro mãos) a partir da releitura dos primeiros números da publicação. Trata-se, antes de mais nada, de olhar para a *Revista* no momento de sua criação e em seus primeiros anos de existência, pensando-a como lugar de observação de uma cena de época e de alguns debates que aí tiveram lugar. Cena e debates, vale lembrar, nos quais ela foi protagonista.

A apresentação escrita por Egon Schaden¹ para o primeiro número da *Revista de Antropologia* da Faculdade de Ciências e Letras da USP, de junho de 1953, destaca a importância da nova publicação diante da “falta de revistas especializadas”. A afirmação, longe de protocolar, obriga a consideração de um cenário específico, cujo timbre é dado pela especialização do trabalho intelectual em curso e pelo processo de autonomização dos campos artístico e científico. Se os decênios de 1920 e 1930 “ficarão em nossa história intelectual como de harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais”, como quer Antonio Candido, as décadas posteriores, de 1940 e 1950, assistem ao progressivo afastamento desses campos do conhecimento, quando, não por acaso, vem à tona a primeira fornada de estudos universitários.

A longa proeminência da literatura em nossa vida intelectual - “fenômeno central da vida do espírito” entre nós, indica Candido - fez da sociologia, durante largo período, mais “ponto de vista” do que pesquisa sistemática da realidade, o que se revela no fértil cruzamento entre ciência e arte, marcante em nossa tradição ensaística (Candido, 1967, p. 157). As universidades criadas na década de 1930, como sabido, jogam papel destacado na definição das distintas esferas do saber, imprimindo novos formatos à produção intelectual. As grandes sínteses de interpretação do país tendem, a partir de então, a ceder lugar aos recortes específicos, às pesquisas sistemáticas sobre novos objetos, com o au-

xílio de metodologias particulares, exaustivamente apresentadas nas introduções das monografias científicas².

O mercado editorial constitui um bom termômetro para localizarmos as feições de uma época, os anos 1950, nos quais se observam esforços de delimitação de áreas e setores do conhecimento. Se isso é verdade, as primeiras publicações especializadas - algumas delas, disciplinares - convivem com periódicos de perfil mais eclético. Em todos eles, cabe notar, se fazem presentes as primeiras gerações universitárias, seja pela apresentação de resultados de pesquisas e/ou pelo comentário crítico de livros.

Desde 1935, por exemplo, a *Revista do Arquivo Municipal* - ligada ao Departamento de Cultura de São Paulo, dirigida e secretariada por Mário de Andrade e Sérgio Milliet, respectivamente - acompanha as pesquisas levadas a cabo na Escola de Sociologia e Política (ESP), contando ainda com a colaboração sistemática dos professores da Faculdade de Ciências e Letras da USP³. Esses professores, estrangeiros em sua maioria, estão ligados à Sociedade de Etnografia e Folclore e à Sociedade de Sociologia (Rubino, 1995), participando também da Divisão de Documentação Social e Estatística, criadas por Mário no interior do Departamento de Cultura.

Alguns anos mais tarde, outra revista cultural, *Anhembí*, criada e dirigida por Paulo Duarte em 1950, vai acompanhar de perto a efervescência artística do período, abrigando, entre outros, a nova produção universitária, como revelam as colaborações regulares de Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, entre outros (Pereira, 1987)⁴. *Brasiliense* (1955-1964), embora mais afeita ao debate político-ideológico, aproxima-se de *Anhembí* ao seguir detidamente o mundo cultural paulista. Aí também se fazem presentes os cientistas sociais da USP, sobretudo as novas gerações ligadas à cadeira de Sociologia I, como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e outros (Limongi, 1987a).

Se a produção universitária, sociológica e antropológica, é absorvida pelas publicações culturais em circulação em São Paulo desde meados da década de 1930, não tardarão a surgir veículos especializados na divulgação das pesquisas realizadas na Faculdade de Ciências e Letras da USP e na Escola de Sociologia e Política. *Sociologia*, criada em 1939, por Emilio Willems e Romano Barreto, aparece como um primeiro esforço nessa direção. Seu ano de criação coincide com o momento em que as escolas de ensino superior formam as primeiras turmas, o que indica o vínculo direto da revista com a produção universitária. Tal vínculo irá assumir feição institucional um pouco mais tarde quando, a partir do terceiro volume, a revista se torna órgão da ESP.

Sociologia, indica o título, volta-se para uma área específica do conhecimento, e tem como objetivo ser uma “Revista Didática e Científica”, destinada aos interessados na matéria. Até o ano de 1948, aponta Limongi, o caráter didático se sobrepõe ao científico, o que irá se alterar na segunda fase da publicação, de 1949 a 1957, quando Oracy Nogueira assume a direção do periódico, com a colaboração de Emilio Willems, Donald Pierson e Mauro Lopes. Aí, passa a se apresentar como “Revista dedicada à teoria e pesquisa em Ciências Sociais” (Limongi, 1987b). É importante lembrar que a criação de uma seção de estudos pós-graduados na ESP, nos anos de 1940, e os doutoramentos concedidos pela USP, a partir de 1945, constituem iniciativas fundamentais para a definição de especializações e de especialistas, o que reverbera no perfil das publicações a partir desse momento.

A criação de uma *Revista de Antropologia* em São Paulo, em 1953, acompanha um movimento mais amplo de definições disciplinares a ecoar nas publicações criadas ao longo da década, e que se relaciona de perto à construção de instituições de diferentes tipos no período⁵. Lembremos, em São Paulo, de *Habitat*, revista dirigida por Lina Bo Bardi a partir de 1950, e associada ao MASP recém-criado, preferencialmente

voltada para arquitetura e urbanismo; ou do *Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo* (1956), interessado na produção literária nacional e internacional e estreitamente ligado à Universidade de São Paulo, desde seu diretor, Décio de Almeida Prado⁶. No que diz respeito à antropologia especificamente, não é possível deixar de mencionar a *Revista do Museu Paulista*, cuja nova série iniciada em 1947, sob o comando de Herbert Baldus, salienta seu perfil antropológico⁷.

Se os antropólogos se fazem presentes nas diversas publicações em circulação nos anos de 1940 e 1950, tomando lugar de destaque em várias delas⁸, a criação de um veículo especialmente dedicado à matéria tem efeitos importantes sobre a configuração das ciências sociais em São Paulo. Ainda que, desde a criação da Universidade de São Paulo, a Sociologia possua proeminência no currículo da FCL, com duas cadeiras (Sociologia I e II) ao lado de uma de Antropologia⁹ e uma de Ciência Política, será a Antropologia aquela a conceber um veículo próprio, que se tornará órgão da faculdade e depois do Departamento de Ciências Sociais¹⁰. Lembremos ainda que a *Revista* virá a ser órgão oficial da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 1956, e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a partir de 1958, o que indica suas ramificações para fora da faculdade e de São Paulo.

Ser, ao mesmo tempo, veículo do Departamento de Ciências Sociais e das duas associações nacionais, de Antropologia e Sociologia, parece dizer algo sobre o perfil da publicação em seus primeiros anos, e sobre as feições que toma uma parte da produção antropológica paulista, sobretudo aquela voltada para as chamadas “sociedades complexas”: sua estreita ligação com a sociologia. A leitura dos 20 primeiros números da publicação (1953-1972) confirma essa imbricação entre sociologia e antropologia em parte significativa da antropologia produzida em São Paulo, e que pode ser aferida pelas colaborações regulares de sociólogos da USP e da ESP, assim como pela forte presença dos estudos de comu-

nidade e das pesquisas sobre contato e assimilação, que articulam de perto as perspectivas antropológica e sociológica. Nesse sentido, a publicação fornece um mapa das questões em voga no momento - as questões de mudança cultural, por exemplo - que mobilizaram sociólogos e antropólogos a pesquisar no campo¹¹, nas comunidades e na cidade. Além disso, convida-nos a nuançar dicotomias continuamente repostas nas avaliações sobre a produção sociológica em São Paulo, por exemplo a que coloca USP e ESP em cantos opostos do ringue, em termos de formação teórico-metodológica e de produção intelectual. Diferenças à parte, o fato é que as duas instituições foram mais parceiras que oponentes, colaborando na formação de pesquisadores (Emilio Willems foi professor nas duas escolas), trocando alunos (lembramos que Florestan Fernandes e Gioconda Mussolini, entre muitos outros, passaram pela seção de estudos pós-graduados da ESP), participando de projetos comuns e das mesmas revistas. O que não poderia ser de outro modo, dadas as dimensões reduzidas do meio intelectual à época, que fazem da proximidade fato incontornável.

O exame mais detido do desenvolvimento de alguns debates do período - e que a *Revista* apresenta - nos conduz a relativizar ainda as distâncias teóricas entre USP e ESP. Não se trata de negar as diferenças entre feitos institucionais e orientações metodológicas, como dito, mas de pensar, com base na leitura da revista, como há um repertório de questões e preocupações partilhado por todos aqueles envolvidos com a pesquisa antropológica e sociológica em São Paulo nos anos de 1950. Olhemos mais de perto para algumas delas.

* * *

Análises recentes sobre o desenvolvimento da antropologia no Brasil apontam que, dos anos 1930 aos 1960, a especialização crescente da

disciplina, bem como a definição da identidade profissional do antropólogo no âmbito das ciências sociais decorrem da ênfase nos assuntos indígenas, tanto na pesquisa como na preocupação política (Corrêa, 1988). Apesar disso, Eunice Durham, ao traçar um apanhado sucinto da trajetória da disciplina no mesmo período, afirma que “o grande impulso da antropologia nessa época está muito mais relacionado ao estudo da sociedade nacional do que ao das culturas indígenas” (Durham, 1982). Mesmo se referida preponderantemente ao contexto de institucionalização da disciplina em São Paulo, essa observação chama a atenção para a centralidade da preocupação com temas brasileiros e com o estudo da sociedade brasileira em seu conjunto na pesquisa, na reflexão teórica e no debate político de que participam os acadêmicos brasileiros à época.

Se tomarmos como referência os artigos publicados nos dez primeiros anos de existência da *Revista de Antropologia*, de 1953 a 1963, notaremos que os autores brasileiros aí presentes dedicam-se, na maioria, a temas brasileiros - a sociedade rural tradicional, a imigração estrangeira, as formas de associação na cidade, entre outros -, ou ainda, a questões teóricas e metodológicas decorrentes dessas pesquisas sobre integração e mudança da sociedade nacional, como os “estudos de comunidade” e de “aculturação”. Enquanto isso, os autores estrangeiros, que até então respondiam por mais da metade dos artigos publicados - e entre os quais encontramos um considerável número de alemães -, são os que se ocupam principalmente das sociedades e culturas indígenas¹². Mesmo os poucos brasileiros, que comparecem com páginas dedicadas a assuntos indígenas - como Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira, além do próprio Egon Schaden -, tendem a abordá-los da perspectiva de sua inserção e envolvimento na sociedade ou na cultura nacional¹³.

Essa espécie de divisão de trabalho, entre nacionais e estrangeiros, e a predominância numérica destes últimos nos primeiros anos da *Revista de Antropologia* associam-se a características marcantes da institucionalização das ciências sociais no Brasil e da própria produção antropológica da época, apontadas por vários comentadores; tais como a precariedade geral da formação oferecida em etnologia nas instituições acadêmicas da época, o treinamento ainda incipiente na pesquisa de campo, o interesse primordial dos antropólogos dos países centrais pelo estudo de sociedades e culturas não-européias. Sem pretender dar conta de todo esse panorama, gostaríamos de chamar a atenção para dois aspectos, mais especificamente relacionados com os rumos em curso no contexto paulista de institucionalização da antropologia.

Em primeiro lugar, é preciso sublinhar o contraste de concepções da disciplina que parece embutido nesse quadro e que a publicação permite flagrar. Não há como desconhecer a marca da formação pessoal e dos interesses de pesquisa de Egon Schaden - segundo professor a ocupar a Cátedra de Antropologia da USP, de 1949 a 1967 -, nos primeiros anos de existência da *Revista da Antropologia*. A ênfase em etnologia indígena - e na etnografia guarani, em particular - vem acompanhada do interesse por antropologia física, arqueologia, genética e lingüística, em conformidade com uma concepção de antropologia como “a compreensão científica da natureza humana”, num sentido bastante amplo e diversificado, que Schaden já explicitara, no primeiro artigo que publicara na *Revista*¹⁴, e que parecia esposar. Já a produção sobre temas brasileiros aponta, em contrapartida, uma visão da disciplina mais aproximada do formato paulista das “ciências sociais”: uma antropologia em estreita colaboração com a sociologia, na qual os pesquisadores não só compartilhavam temas e orientações teóricas, mas também “se deslocavam frequentemente de uma disciplina para a outra” (Durham, 1982).

O segundo aspecto a destacar é que essas concepções não são apenas distintas, mas se apresentam como concorrentes, nos dois sentidos do termo: convergem e competem nas mais importantes instituições acadêmicas paulistas no período. Na perspectiva da colaboração estreita entre antropologia e sociologia, os estudos de comunidade, introduzidos sob influência de antropólogos e sociólogos norte-americanos, formam uma linha de pesquisa emblemática da produção da década de 1950. Fundamentados na observação direta de pequenas localidades ou vilas, por meio de técnicas de pesquisa forjadas no estudo das então chamadas “sociedades tribais”, deram ensejo a uma série de pesquisas monográficas cobrindo grande parte das regiões do país, com as quais se pretendia chegar a uma visão de conjunto da sociedade brasileira¹⁵. Em prosseguimento aos estudos de mudança cultural iniciados nos anos 1930, os de comunidade se concentram nas características da sociedade rural tradicional em transformação. Embora marca institucional da Escola de Sociologia e Política, esses estudos guardam afinidades e continuidades com a perspectiva representada por Schaden na USP em muitas de suas preocupações conceituais e metodológicas, como indica o foco na temática da “aculturação”¹⁶.

Além disso, vale lembrar que as preocupações com questões de mudança cultural, observada a partir do impacto da modernização (leia-se, urbanização) sobre sociedades e culturas tradicionais - caras aos estudos de comunidade -, dão o tom de parte significativa da produção da época, seja na ESP, seja na USP. Lembremos o estudo de Antonio Candido sobre os parceiros do Rio Bonito (tese defendida em 1954) e as pesquisas de Florestan Fernandes sobre o folclore na década de 1940, que exemplificam claramente o compromisso com essa pauta, enfrentada com o auxílio de um repertório bibliográfico semelhante. A despeito das afinidades evidentes, os pesquisadores da USP fazem questão de marcar uma distância em relação aos estudos de comunidade. O prefá-

cio de Antonio Candido ao livro *Os parceiros do Rio Bonito*, publicado em 1964, é esclarecedor:

Abordam-se aqui problemas que vêm sendo, em nosso país, estudados através da estatística, ou da monografia de comunidade. Essa tese não é uma coisa, nem outra (...) não é um “estudo de comunidade”, no sentido hoje corrente, sobretudo entre americanos e ingleses. Não pretendi levantar sistematicamente os diferentes aspectos de determinado agrupamento, englobando todo o seu sistema institucional numa visão completa e orgânica. Depois de bastante hesitar, rejeitei esse ponto de vista, em parte pelo que tem de estático e convencional - levando-nos quase sempre a encarar os traços de uma dada realidade sociocultural como algo que, para usar velha expressão caipira, “deverá ser assim mesmo”. Por outras palavras, o estudo de comunidade, em seu corte descritivo mais freqüente, me pareceu comprometer no pesquisador o senso de problemas. (Candido, 1979, p. 19-20)

É da USP justamente que provêm muitas das objeções teóricas e metodológicas aos “estudos de comunidade” e, por extensão, aos estudos de “aculturação”. Parte significativa dessa discussão aparece em artigos e resenhas publicados nos primeiros dez anos da *Revista de Antropologia*. Julgamos estar aqui um caminho privilegiado para avaliar o debate em torno dos rumos da teoria e da pesquisa, bem como para qualificar o movimento teórico de crítica a uma certa orientação “culturalista”, cuja influência é reconhecida na trajetória imediatamente posterior da antropologia no Brasil¹⁷. Na Cátedra de Antropologia da USP, essa influência já se fazia presente no trabalho de pesquisa e orientação desempenhado por sua mais antiga assistente, Gioconda Mussolini¹⁸. Vale lembrar que a crítica à orientação “culturalista” dos trabalhos está referida a embates institucionais, acadêmicos e políticos ligados à institucionali-

zação, bem-sucedida, da cadeira de Sociologia I na USP. Não é à toa que ela aparece freqüentemente em termos de uma (falsa) oposição entre antropologia e sociologia, oposição esta que reverbera inclusive dentro da própria sociologia, cindida em duas cadeiras: a primeira voltada às questões relativas à “sociedade” e a segunda encarregada do quinhão menos “nobre”, da “cultura”.

O único artigo que Gioconda publica na *Revista de Antropologia*, no período em questão (“Aspectos da cultura e da vida social do litoral brasileiro”), embora não referido diretamente aos “estudos de comunidade”¹⁹, apresenta alguns dos pontos teóricos e conceituais recorrentes na avaliação crítica destes. A proposta do artigo, de construir generalizações com vistas a caracterizar o litoral como um universo de análise, apresenta-se como um esforço de avançar na compreensão de situações particulares mediante a abstração de fatores gerais, que poderiam ser tratados como estruturas sociais - no caso, buscadas em aspectos da cultura material e na organização do trabalho da pesca, como fundamentos da atividade comunitária e do senso de identidade coletiva. Diz ela: “é na pesca ao redor da rede que se estabelece toda uma série de interações entre os moradores de um bairro, unindo-os em cooperação, e fazendo com que constituam, realmente, um grupo local”²⁰. A trama de relações comunitárias é considerada em seu entrosamento num conjunto maior, o que faz com que ela se altere por influência de fatores cuja ação se exerce a distância, e que a atraem para a órbita de outros centros. É o que teria ocorrido no litoral paulista, com a progressiva organização da pesca em moldes capitalistas, que abriu caminho para a mobilidade social, a quebra da organização dos grupos locais e a “perda dos elementos de sua cultura de *folk*”.

O artigo de Gioconda Mussolini parece uma tentativa de combinar os ganhos e a relevância do estudo sincrônico de relações funcionais ou de traços culturais - próprios da abordagem dos “estudos de comuni-

dade” - com um esforço de análise diacrônica da cultura e das relações sociais. Ela insinua uma “terceira alternativa” em face da polarização do debate em torno das contribuições científicas e práticas dos “estudos de comunidade” - polarização bem exemplificada por dois comentários críticos publicados na *Revista* sobre o assunto: o de Oracy Nogueira e o de Octavio Ianni²¹.

Oracy, ainda na Escola de Sociologia e Política, defende a importância dos “estudos de comunidade” como “verdadeiro movimento intelectual, o mais vigoroso até o momento, na história da pesquisa sociológica no País”. Dentre suas contribuições teóricas, destaca o seu papel de complemento e corretivo em relação aos estudos analíticos, por meio da interpretação de dados referidos a uma mesma localidade, “isentos quer da interpolação de dados reais extralocais, quer do preenchimento de lacunas do material via conjeturas”. O rigor e a precisão na delimitação espacial, na observação e no tratamento descritivo, vistos por Nogueira como grande virtude dos “estudos de comunidade, tornam-se para Ianni - então um dos mais proeminentes discípulos de Florestan Fernandes - uma camisa-de-força imposta ao pesquisador, privando-o da “riqueza e desenvoltura no uso criador da inteligência”, que marcavam a tradição ensaística anterior. É interessante observar que Nogueira e Ianni levantam e examinam aspectos semelhantes, no que se refere à concentração em dados singulares, em detrimento de fatores gerais, aos problemas de representatividade na seleção das comunidades para estudo e às finalidades práticas das pesquisas. Chegam, porém, a conclusões opostas: para Oracy Nogueira, os “estudos de comunidade”, com sua atenção voltada à teia de relações contidas numa localidade bem determinada, constituiriam um método de coleta e interpretação compatível com as mais variadas perspectivas teóricas, permitindo colocar, sob outro ângulo, hipóteses surgidas e desenvolvidas por meio de estudos feitos sob outras orientações²². Para Octavio Ianni, por sua vez, é precisamente por vol-

tar-se para a investigação intensiva, microscópica e localizada que a pesquisa falha em realizar a “explanção completa”: “estudos de comunidade são solução metodológica confundida com modelo teórico de compreensão da realidade”. Ianni evoca a formulação de Conrad Arensberg - da “comunidade” como unidade de observação para o estudo da cultura e da sociedade, ou como expressão local de um fenômeno ou problema social geral - para afirmar que os estudos de comunidade desenvolvidos no Brasil não foram capazes de explorar as possibilidades abertas pelos melhores exemplos congêneres norte-americanos. Nos estudos nacionais, a comunidade deixou de ser unidade de observação para se converter em objeto em si, suscetível de propiciar por si só um conhecimento significativo. Isso retiraria dos “estudos de comunidade” toda legitimidade científica. Em suma, procedimentos que Oracy Nogueira via como mutuamente complementares, Ianni considerava mutuamente exclusivos.

Em resenhas publicadas, um pouco mais tarde, por Eunice Durham e Ruth Cardoso - então auxiliares de Gioconda Mussolini - , podemos encontrar pistas do que viria ser apresentada como uma orientação alternativa à polaridade posta nas discussões acerca dos estudos de comunidade. Na resenha relativa à segunda edição da coletânea *Caribbean Studies*, Durham também retoma a discussão de Conrad Arensberg e o modo como este salienta que o método de estudo de comunidade é de “obtenção de dados, e não de análise”. Frisa que os dados assim obtidos são “indispensáveis para a compreensão da cultura”, mas logo acrescenta que “não são os únicos necessários, especialmente no caso de comunidades que se integram numa sociedade complexa”²³. Segundo a leitura de Durham, essas observações inspiradas em Arensberg não invalidam os estudos de comunidade como empreendimento científico, mas sublinham sua importância, desde que redirecionados ao estudo dos processos de mudança social e cultural. Essas idéias reaparecem na resenha

de Eunice Durham sobre o livro de George Foster, *Traditional cultures and the impact of technological change*²⁴, famoso ensaio de “antropologia aplicada”. A autora chama a atenção para o modo como Foster apresenta uma reavaliação da relevância dos estudos de comunidade, tanto “do ponto de vista científico” como “do ponto de vista imediato da ação”, ao conferir importância às zonas urbanas como foco de mudança e às consequências amplas da integração de comunidades relativamente isoladas numa economia de mercado.

Nessa mesma resenha, são destacadas as limitações de se focalizar a mudança cultural do ponto de vista dos agentes sociais diretamente envolvidos, ou da perspectiva dos mecanismos locais de controle social - idéia que a autora retoma em outras ocasiões, a pretexto de comentários críticos de outros trabalhos. Durham, leitora de Foster, assinala que as comunidades não são auto-suficientes, e sim sujeitas a influências e diretivas que não podem controlar. Nessa medida, não se pode considerar que suas populações sejam livres para tomar decisões, “pois a mudança depende de fatores alheios ao seu controle”. De outra parte, o foco nas instituições locais “fornece apenas uma visão estática e parcial do processo dinâmico mais amplo em que as mudanças se inserem”. Assim, não seria possível explicar a mudança cultural independentemente da análise das características da sociedade mais ampla, de seu desenvolvimento socioeconômico, da organização de sua burocracia governamental, e assim por diante.

Uma síntese da concepção e do papel da antropologia, sob essa mesma perspectiva, é oferecida por Durham em nova resenha (sobre o livro de Richard Adams, *A community in the Andes. Problems and progress in Muquínayo*)²⁵. Diz ela:

o que se pode pretender através da investigação antropológica não é certamente a reconstituição completa de uma realidade histórica particular, mas

ao contrário, no nível da abstração que nos permite tratar de estruturas, chegar-se, através da análise, a determinar fatores gerais, que seriam fundamentais para um determinado resultado.

A mesma ênfase em mudança cultural, urbanização, processos sociais e especificidade das “sociedades complexas” comparece em resenhas assinadas por Ruth Cardoso, cujo alvo privilegiado é a questão da “aculturação”. No comentário sobre o famoso livro de Julian Steward, *Theory of culture change*²⁶, então recém-lançado, Cardoso saúda a proposta de um novo método de análise que possibilita combinar o foco em regularidades sincrônicas, como padrões e relações causais que se repetem em diferentes culturas, e o interesse por dinâmica e mudança cultural²⁷. A concepção de “níveis de integração sociocultural”, proposta por Steward, é ressaltada como uma contribuição importante para tratar de aspectos de mudança cultural que se passam junto a “subgrupos” ou “subculturas” diferencialmente atingidos pelas causas da mudança. Cardoso vê a proposta de Steward como uma alternativa à visão clássica da cultura como configuração total, especialmente proveitosa para estudos antropológicos em “sociedades contemporâneas complexas”, que exigiriam “novos instrumentos de trabalhos, capazes de apreender esta nova realidade, que já não apresenta mais a homogeneidade das culturas tribais”. E completa:

Quanto ao processo de aculturação, uma das maiores preocupações da antropologia contemporânea, poderá ser melhor compreendido se procurarmos reconhecer quais os subgrupos culturais mais atingidos e se a mudança opera num nível familiar, comunitário ou racional.

Na resenha do livro de Altiva Pilatti Balhana, *Santa Felicidade: um processo de assimilação*²⁸ - uma pesquisa sobre aculturação de uma po-

pulação de italianos próxima a Curitiba, no formato de “estudo de comunidade” -, Ruth Cardoso ressalta, por sua vez, o cuidado e a minúcia da descrição etnográfica, ao mesmo tempo em que lamenta a ausência de análises e interpretações que expliquem as transformações, as redefinições e o funcionamento de padrões culturais antigos e novos na localidade focalizada:

Temos aí uma descrição minuciosa da vida das famílias, de suas atividades rotineiras, seus êxitos, seus trabalhos e das inovações que paulatinamente as vão atingindo. O que falta é a tentativa de explicar o processo de assimilação, de esclarecer como funcionam os padrões culturais europeus e como são abandonados ou modificados.

Um breve cotejo dos artigos escritos por Egon Schaden e por Ruth Cardoso, sobre a aculturação dos imigrantes alemães e japoneses no Brasil²⁹, oferece um exemplo da “fricção intertextos” (Corrêa, 1995) encontrada nas páginas da *Revista de Antropologia* em seus primeiros anos. Comparando as situações de imigrantes alemães e japoneses, Schaden observa, com base em dados de Willems, que os alemães estabeleceram combinações culturais várias, como soluções transitórias, junto à sociedade brasileira, de modo a configurar uma “cultura teuto-brasileira”. Já os japoneses, segundo Schaden, não encarariam a possibilidade de uma “solução de compromisso”: ou se apegam à cultura tradicional ou a renegam de maneira cabal. Essa atitude seria característica, respectivamente, das duas gerações sucessivas de imigrantes: os mais jovens abandonam a colônia e as atividades da lavoura, integram-se à sociedade local por meio da competência em atividades técnicas ou comerciais, e nela competem com elementos que não são de sua etnia. Uma importante implicação disso seria a ruptura e a desorganização familiar na colônia japonesa.

Ruth Cardoso, ao relatar e analisar diversos percursos de mobilidade social entre imigrantes japoneses, chama a atenção para “dois aspectos aparentemente contraditórios de uma mesma ideologia” que atuam simultaneamente para produzir uma situação peculiar na colônia japonesa: de um lado, a valorização aberta e franca da vida rural; de outro, a valorização do estudo e a preocupação com a instrução dos filhos. Cardoso procura compreender como essa dualidade opera no desenvolvimento do “contato entre brasileiros e japoneses” e “quais as mudanças tacitamente admitidas nos padrões japoneses” para alcançar seus objetivos. A análise mostra assim padrões de negociação entre as diferentes gerações na família, nos quais os mais velhos aceitam mudanças na organização coletiva tradicional do trabalho doméstico quando estas dizem respeito aos filhos escolhidos para serem transformados em pessoas de destaque. Os mais jovens, por seu turno, mantêm uma dupla lealdade. São membros da colônia e devem ter prestígio aos olhos desta, mas esse prestígio aumenta à medida que os jovens ultrapassam seus limites e se afirmam como profissionais liberais bem-sucedidos dentro da sociedade mais ampla - e, para tanto, têm de se comportar como “brasileiros”.

Em contraste com a análise de Schaden, configuram-se aqui as “soluções de compromisso”, mesmo em face de situações nas quais os mais jovens radicalizam seu processo de “abrasileiramento”. Segundo Cardoso, a distância crescente, decorrente desses casos, não aumenta o conflito familiar, na medida em que a percepção do sucesso dos mais jovens, por parte dos mais velhos, segue contribuindo para a aceitação das inovações. Desse modo, a autora ressalta que, ao se focalizar o processo de mudança cultural e integração cultural, é possível mostrar como valores tidos como “núcleos do conservadorismo” podem assumir novas funções, dadas as condições específicas do contato, e não impedem a emergência de objetivos paralelos.

Os “estudos de comunidade” e os problemas de aculturação parecem ter sido, assim, reavaliados por meio de esforços de sistematização, voltados a identificar fatores constantes que, mais do que preservar formas estabelecidas de integração, promoveriam uma reorganização de componentes socioculturais para fazer frente à mudança. No artigo de Maria Sylvia de Carvalho Franco Moreira³⁰, pode-se encontrar uma elaboração de propostas teóricas e metodológicas afinadas com as idéias que temos levantado até aqui. Franco Moreira considera que o foco em situações de coexistência de elementos de estabilização e mudança faz dos “estudos de comunidade” uma via estratégica para a compreensão das relações entre condições socioculturais e econômicas, sendo estas tratadas não só como “poderoso fator de determinação de condições sociais”, mas também “produto de sua capacidade criadora”. Para que isso se torne efetivo, porém, é necessário “sair da modalidade clássica de realização desses estudos”. A preocupação com uma delimitação espacial precisa da comunidade deveria ser posta de lado, desde que não se trate de descrever e explicar exaustivamente unidades locais *per se*, mas “desvendar mecanismos de integração dos componentes estruturais e funcionais relevantes para os propósitos da pesquisa”, o que implica incorporar à análise e à interpretação fenômenos ocorridos fora da área estritamente delimitada, desde que “inscritos em situações históricas de mesmo tipo”. Acrescenta a autora, citando um artigo de Gioconda Mussolini³¹, a necessidade de completar a pesquisa de campo com a pesquisa histórica, importante para que se reconheçam “modalidades diversas de organização do sistema mais amplo, do qual as comunidades fazem parte”. Critica também a forma de utilização dos conceitos que definem as “relações comunitárias” de parentesco, vizinhança e ajuda mútua, que enfatizam sentimentos de identidade e vontade coletiva e tendem a “excluir toda idéia de oposição e luta, estratificação e domínio”. O foco da

análise deveria se dirigir para as relações societárias, nas quais se acreditava que proviriam os “elementos criadores”³².

Os balanços e comentários críticos realizados sobre os “estudos de comunidade” - elaborados de formas diferentes e a partir de lugares distintos - parecem bater numa mesma tecla: o risco do encapsulamento da comunidade pela desconsideração de seus vínculos com a sociedade mais ampla e com a história³³. Não se trata aqui de negar a pertinência das objeções brevemente arroladas, mas de chamar a atenção para dois aspectos. Em primeiro lugar, para a importância da consideração dos embates teóricos, mas também institucionais e políticos, que têm lugar na época para a compreensão do tom - muitas vezes exaltado - de parte das críticas feitas, que parece converter os “estudos de comunidade” numa espécie de “categoria de acusação”. Em segundo, para o momento em questão, marcado por tentativas de definição de uma “antropologia das sociedades complexas” - que os textos de Cardoso e Durham exemplificam -, que não se confunda com sociologia nem com “estudos de comunidades”, embora dialogue com ambos. Cabe lembrar ainda que um dos principais desenvolvimentos acadêmicos e institucionais imediatos, ligados a esse debate, foi o desenvolvimento de linhas de pesquisa em antropologia urbana, com ênfase nas relações entre cultura e política, sob orientação de Eunice Durham e Ruth Cardoso, nos anos 1970 e 1980, num contexto político geral bastante distinto, tanto no País quanto na universidade.

* * *

A leitura da *Revista de Antropologia* em seus anos iniciais permite o rastreamento de diferentes trilhas temáticas, teóricas e metodológicas, pelo acompanhamento de pistas que vão sendo oferecidas a cada número: nos artigos, nas resenhas, nos informativos. Privilegiamos aqui algu-

mas delas, sem a pretensão de esgotá-las, com o intuito apenas de levantar questões.

As formulações brevemente examinadas sobre algumas das linhas de tensão e debate, num período crucial da institucionalização das ciências sociais em São Paulo, tiveram como propósito auxiliar no esboço de um retrato mais nuançado não só da formação da disciplina em São Paulo, como dito no início, mas da própria publicação. Diferentes orientações convivem na Cátedra de Antropologia da USP, de modo nem sempre apaziguado. Os textos permitem aferir distintas concepções da disciplina, bem como o processo de constituição de subdisciplinas. Se, de um lado, é patente que, nos primeiros 20 volumes da publicação, a maior parte das colaborações referia-se à etnologia³⁴, ficam claros também os esforços para a constituição de uma “antropologia das sociedades complexas”, que, como procuramos mostrar, têm de se haver com a grande influência exercida pela perspectiva histórico-estrutural erigida na Cátedra de Sociologia I sobre todos os pesquisadores que se dedicam à antropologia - mesmo entre aqueles que nem sempre se identificavam como antropólogos - e com os estudos de comunidade, realizados preferencialmente na Escola de Sociologia e Política. Os embates presentes nas páginas da *Revista* nos dão uma idéia do esforço de “organização de um consenso”, jamais atingido plenamente, para a eventual hegemonia exercida pela cadeira de Sociologia I junto aos cientistas sociais paulistas³⁵.

Acreditamos que estes e outros temas relevantes, para a compreensão dos rumos da pesquisa e da discussão teórica em antropologia e da institucionalização das ciências sociais entre nós, podem receber contribuições inovadoras com base num olhar sistemático sobre a produção contida na *Revista de Antropologia* - tentativa que aqui apenas esboçamos, como convite a futuros interessados.

Notas

- 1 Egon Schaden foi o principal idealizador da *Revista de Antropologia* e diretor da publicação entre 1953 e 1972.
- 2 Vale lembrar que, do lado das artes e da literatura, por sua vez, a decantação dos campos se reflete no incremento das tendências formalistas que têm lugar no período. Afinal, livre da tarefa de servir de acesso ao conhecimento da realidade, o artista pode desenvolver a pesquisa propriamente estética. Para o caso específico da poesia, cf. Camilo (2001).
- 3 A relação das publicações dos professores da ESP, de 1933 a 1942, indica como a *Revista do Arquivo Municipal* é um veículo privilegiado de divulgação das pesquisas universitárias. Publicam regularmente no periódico: Samuel H. Lowrie, Horace D. Davis, Herbert Baldus, Donald Pierson, Emilio Willems, entre outros. Cf. Kantor, Maciel & Simões (2001, p. 182-90).
- 4 A presença da produção sociológica universitária na publicação pode ser aferida pela edição seriada de *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (X-XI, 1953), resultado da pesquisa patrocinada pela UNESCO e dirigida em São Paulo por Roger Bastide e Florestan Fernandes.
- 5 Maria Arminda do N. Arruda (2001) assinala o vigor institucional que toma a cidade de São Paulo ao longo dos anos 1940 e 1950. Lembra, entre outros, a criação de museus de arte, como o MASP (1947) e o MAM (1949), a Escola de Arte Dramática, o Teatro Brasileiro de Comédia (1948) e a Companhia Cinematográfica Vera Cruz (1949).
- 6 Podemos indicar ainda a título de exemplo, já que não se trata de desenhar um quadro nacional, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP)*, editada em Minas Gerais a partir de 1956, e o *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social* (mais tarde, *Ciência e Trópico*), que vem a público em 1952, no Recife.
- 7 Luiz Jackson (2003) chama a atenção para o papel da *Revista do Museu Paulista* como precursora da edição na íntegra de trabalhos universitários, suprimindo a lacuna deixada pelo mercado editorial da época, com a edição de *A moda no século XIX*, de Gilda de Mello e Souza, em 1951; de *Função social da guerra na sociedade Tupinambá*, de Florestan Fernandes, em 1952; de *Os Caraybas negros*, de Ruy Coelho, em 1964; e de *Bairros rurais paulistas*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, em 1967.

- 8 Lembra Limongi (1987b), como, na primeira e segunda fases (1939-1957) de *Sociologia*, os estudos etnológicos ocupam lugar destacado, o que se deve à participação de Herbert Baldus.
- 9 A Cátedra de Antropologia na USP foi instituída em 1941, sendo Emilio Willems o seu primeiro ocupante. Egon Schaden substituiu Willems “a título precário”, em 1949, tendo sido seu concurso de cátedra realizado somente em 1965. João Baptista Borges Pereira sucedeu Schaden em 1967. Havia ainda na USP uma cátedra mais antiga, de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, regida desde 1935 pelo engenheiro Plínio Ayrosa, e extinta em 1962. Durante mais de 20 anos as duas cátedras existiram lado a lado, aparentemente sem maiores contatos entre si. Em 1970, o sistema de cátedras foi extinto e substituído pelo de departamentos. Cf. Corrêa (1995).
- 10 Luiz Jackson (2003) defende a tese de que a estratégia da cadeira de Sociologia I e de Florestan Fernandes inverte as trilhas comumente seguidas pelos grupos. Ao invés de lançar seu próprio veículo, Florestan se faz presente em todas as revistas, utilizando-as, segundo ele, como “caixas de ressonância” para a legitimação de seu projeto acadêmico.
- 11 Luiz Jackson (2003) chama a atenção para a forte presença dos estudos rurais na publicação.
- 12 Essas informações se baseiam em José Augusto Laranjeiras Sampaio, “*Revista de Antropologia* (vols. 1 a 20): um índice e algumas notas”, mimeo, s/d.; e Paula Montero, “Apresentação”, *Revista de Antropologia*, vol. 36, 1993.
- 13 Sem esquecer os estudos sobre parentesco terena e tukuna, publicados por Roberto Cardoso de Oliveira, e que podem ser colocados entre os primeiros trabalhos brasileiros a discutir os modelos de Lévi-Strauss. Cf. Roberto Cardoso de Oliveira, “Matrimônio e solidariedade tribal terena: uma tentativa de análise estrutural”, *Revista de Antropologia*, vol. 7, n. 1 e 2, 1959; idem, “Aliança interclânica na sociedade tukuna”, *Revista de Antropologia*, vol. 9, n. 1 e 2, 1961.
- 14 Egon Schaden, “Problemas do ensino de Antropologia”, *Revista de Antropologia*, vol. 2, n. 1, 1954.
- 15 O trabalho de Emilio Willems, *Uma vila brasileira* (2.ed., São Paulo, Difel, 1961), é considerado o primeiro estudo de comunidade feito no Brasil, nos anos 1940. Júlio Cezar Melatti (1986-1990) cita duas dezenas de estudos desse tipo, publicados ao longo das décadas de 1950 e 1960.

- 16 Dentre os vários trabalhos de Schaden, ver “Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos”, sua tese de cátedra publicada como o volume 13 da *Revista de Antropologia*, em 1965.
- 17 A crítica ao “culturalismo” ganha força a partir dos estudos de contato interétnico de Roberto Cardoso de Oliveira, de grande importância tanto do ponto de vista da inflexão teórica quanto de suas conseqüências institucionais. Cardoso de Oliveira tem papel destacado na constituição da moderna pós-graduação em antropologia no Brasil, a partir de sua atuação no Museu Nacional. Seu projeto de pesquisa “Preliminares de uma pesquisa sobre a assimilação dos Terena” foi publicado na *Revista de Antropologia* (vol. 5, n. 2, 1957). Para um análise da influência da sociologia de Florestan Fernandes no trabalho teórico e institucional de Roberto Cardoso de Oliveira, ver Corrêa (1995).
- 18 Gioconda Mussolini estava vinculada à Cátedra de Antropologia desde 1943, fez seu mestrado na ESP, sob orientação de Baldus em 1944. Sem ter concluído o doutorado à época da aposentadoria de Egon Shaden, não pôde concorrer à sua sucessão. Faleceu em 1969.
- 19 Lembremos que Gioconda Mussolini escreveu em co-autoria com Emilio Willems um estudo sobre uma comunidade caiçara na ilha de Búzios.
- 20 Gioconda Mussolini, “Aspectos da cultura e da vida social do litoral brasileiro”, *Revista de Antropologia*, vol. 1, n. 2, 1953.
- 21 O artigo de Oracy Nogueira é “Os estudos de comunidade no Brasil”, *Revista de Antropologia*, vol. 3, n. 2, 1955. Essa comunicação havia sido apresentada na I Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida no Rio de Janeiro, em dezembro de 1953. O artigo de Octavio Ianni é “Estudo de comunidade e conhecimento científico”, *Revista de Antropologia*, vol. 9, n. 1 e 2, 1961.
- 22 Nogueira refere-se em nota às críticas feitas por Caio Prado Jr. ao trabalho de Willems sobre Cunha, observando que elas atingem “o trabalho em si” e não “o método empregado”. O alvo explícito dos ataques de Ianni também é o trabalho de Willems. De certo modo, os dois artigos evocam algumas das posições em confronto esgrimidas, respectivamente, por Emilio Willems (“Velhos e novos rumos no estudo das classes sociais”) e por Florestan Fernandes (“A análise sociológica das classes sociais”) no “Symposium sobre classes sociais”, publicado no volume X da revista *Sociologia*, em 1948. Uma análise desse debate pode ser encontrada em Corrêa (1995).

- 23 Resenha publicada na *Revista de Antropologia*, vol. 9, n. 1 e 2, 1961.
- 24 Resenha publicada na *Revista de Antropologia*, vol. 11, n. 1 e 2, 1963.
- 25 Resenha publicada na *Revista de Antropologia*, vol. 10, n.1 e 2, 1962.
- 26 Resenha publicada na *Revista de Antropologia*, vol. 6, n. 2, 1958.
- 27 É interessante notar a afinidade entre a ênfase posta em cultura material, por Gioconda Mussolini no artigo referido acima, e a idéia de Steward de “núcleo da cultura”, como padrões relacionados às atividades de subsistência. É também oportuno lembrar que Steward é a inspiração da crítica à perspectiva da aculturação feita por Eduardo Galvão, em comunicação apresentada na I Reunião Brasileira de Antropologia e publicada como “Estudos sobre a aculturação de grupos indígenas no Brasil”, na *Revista de Antropologia*, vol. 5, n. 1, 1957.
- 28 Resenha publicada na *Revista de Antropologia*, vol. 9, n. 1 e 2, 1961.
- 29 O artigo de Schaden é “Aculturação de alemães e japoneses no Brasil”, *Revista de Antropologia*, vol. 4, n. 1, 1956. O de Ruth Cardoso é “O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil”, *Revista de Antropologia*, vol. 11, n. 1 e 2, 1963. Em depoimento a Mariza Corrêa, Ruth Cardoso lembra que “no momento em que fiz minha pesquisa com os japoneses, todo meu empenho era em organizar um material com que eu pudesse contestar a idéia de aculturação” (Corrêa, 1995).
- 30 Maria Sylvia de Carvalho Franco Moreira, “O estudo sociológico de comunidades”, *Revista de Antropologia*, vol. 11, n. 1 e 2, 1963.
- 31 O artigo de Gioconda Mussolini citado por Maria Sylvia C. Franco Moreira é “Persistência e mudança em sociedades de folk no Brasil”, *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, vol. I, São Paulo, Anhembi, 1955.
- 32 Essa crítica parece se voltar mesmo contra os colegas antropólogos. A preocupação em marcar fronteiras é clara a partir do uso de “sociológico” no título do artigo.
- 33 Além dos artigos publicados na *Revista de Antropologia* aqui mencionados, cf. também Woortmann (1972).
- 34 Cf. o artigo de Mariza Corrêa publicado neste mesmo número, “*Revista de Antropologia*: 1953-2003. Uma revista para muitas histórias”.
- 35 Para um aprofundamento dessa história, cf. os volumes, organizados por Sérgio Miceli (1989 e 1995), *História das ciências sociais no Brasil*.

Bibliografia

- ARRUDA, M. A. do N.
2001 *Metrópole e cultura*, Bauru, EDUSC.
- CAMILO, V.
2001 *Drummond, da rosa do povo à rosa as trevas*, São Paulo, Ateliê.
- CANDIDO, A.
1967 "Literatura e cultura de 1900 a 1945", in *Literatura e sociedade*, 2.ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional.
1979 *Os parceiros do Rio Bonito*, 5.ed., São Paulo, Duas Cidades.
- CORRÊA, M.
1988 "Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 6: p. 79-98.
1995 "A Antropologia no Brasil (1960-1980)", in MICELI, S. (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Sumaré/Fapesp, p. 25-106.
- DURHAM, E. R.
1982 "Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil", *Revista de Antropologia*, vol. 25.
- JACKSON, L. C.
2003 "Sociologia nas revistas", XXVII Encontro Nacional da Anpocs, GT Pensamento Social no Brasil, Caxambu.
- KANTOR, I.; MACIEL, D.; SIMÕES, J. (org.)
2001 *A Escola Livre de Sociologia e Política, anos de formação - Depoimentos*, São Paulo, Fapesp/Escuta.
- LIMONGI, F. P.
1987a "Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasileira", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 5, vol. 2.
1987b *Revista Sociologia. A ELSP e o desenvolvimento da sociologia em São Paulo*, São Paulo, IDESP, Série História das Ciências Sociais, n. 1.

MELATTI, J. C.

1986-1990 “A Antropologia no Brasil: um roteiro”, in *O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*, vol. 3, São Paulo, Cortez/Anpocs.

MICELI, S. (org.)

1989 *História das ciências sociais no Brasil, 1930-1960*, vol. 1, São Paulo, Idesp/Fapesp.

1995 *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Idesp/Fapesp.

PEREIRA, M. de S. F.

1987 *Anhembi: criação e perfil de uma revista de cultura*, São Paulo, Idesp, Série História das Ciências Sociais, n. 2.

RUBINO, S.

1995 “Clubes de pesquisadores. A Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia”, in MICELI, S. (org.) *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Idesp/Fapesp.

WOORTMANN, K.

1972 “A antropologia brasileira e os estudos de comunidade”, *Universitas*, Salvador, n. 11.

ABSTRACT: This article discusses the intellectual context pertaining to the period of the founding and first decade of existence of the *Revista de Antropologia*. Attention is given to the growing importance of university-based production in the social sciences at the time, as areas of specialization and sectors of knowledge are defined. A reexamination of articles, book reviews and commentaries - which are seen to reflect a general interest in exploring possibilities of the anthropological investigation of “complex societies” - allows for an effort to outline a set of questions relating to “cultural change”, one of the major themes of the period. This study presents clear evidence of collaborative efforts involving sociologists and anthropologists, as well as of disputes within and between their respective disciplines and institutional niches. Ideas pertaining to the so-called polarized relations, so often emphasized, involving university disciplines and institutions in the social sciences of São Paulo during this period, can be fruitfully reconsidered on the basis of the material here presented.

KEY-WORDS: *Revista de Antropologia*, social sciences in Brazil, community studies, cultural change.

Recebido em dezembro de 2003.